

GRAMSCI: O TRABALHO INDUSTRIAL MODERNO É O PRINCÍPIO PEDAGÓGICO POR EXCELÊNCIA?

GRAMSCI: IS THE MODERN INDUSTRIAL LABOR THE EDUCATIONAL PRINCIPLE PAR EXCELLENCE?

Deborah Maria STEFANINI¹

RESUMO

Este artigo objetiva delinear a concepção de educação na abordagem gramsciana, considerando a relação desta com o trabalho e o sentido atribuído ao processo formativo. Em um primeiro momento, busca situar historicamente o pensamento pedagógico de Gramsci para posteriormente apresentar algumas contribuições para as questões concernentes ao campo educacional, como a histórica dualidade observada na modalidade de ensino médio.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; Processo Formativo; Escola Unitária.

ABSTRACT

The objective of this article is to delineate the conception of education in the Gramscian approach considering its relation with labor and the meaning attributed to the formative process. Firstly, it intends to place Gramsci's pedagogical thinking in a historic point of view, and then to present contributions to the educational field, such as the historic dual system observed in the modality of secondary education.

Keywords: Antonio Gramsci; Formative Process; Unitary School.

¹ Socióloga do Ministério da Educação e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSC. São Carlos, SP. E-mail: <dmstefanini@yahoo.com.br>.

INTRODUÇÃO

Não se pode pensar em nenhum homem que não seja também filósofo, que não pense, precisamente porque pensar é próprio do homem como tal.

Antonio Gramsci

Este artigo tem por objetivo apresentar o pensamento pedagógico de Antonio Gramsci à luz dos fundamentos filosóficos, bem como compreendê-lo vinculado à sua realidade histórica. Procurar-se-á ilustrar sua concepção de educação, tendo em vista a relação com o trabalho, bem como o sentido que o autor atribui ao processo formativo.

Gramsci nasceu em 1891, em uma pequena ilha da Itália. Foi um militante comunista envolvido na luta dos trabalhadores, filho de camponeses e opositor do fascismo. Ficou preso durante onze anos pela ditadura fascista, produzindo grande parte de sua obra no cárcere.

O pensamento de Antonio Gramsci pode ser situado na linha do "Pensamento Pedagógico Socialista" (GADOTTI, 1995), o qual nasce a partir de movimentos populares pela democratização do ensino, promessa não cumprida pela burguesia progressista. Um estudo de seu pensamento requer um esforço para compreendê-lo no cenário dos acontecimentos em que fora elaborado, dentre eles a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, a esperança revolucionária do pós-guerra e a ascensão do fascismo.

Gramsci entende o trabalho como um princípio antropológico e educativo essencial à formação humana. Para esclarecer essa proposição, é necessário resgatar a forma original pela qual esse pensador interpreta o trabalho industrial moderno.

Trabalho industrial moderno enquanto princípio pedagógico

Em *Americanismo e Fordismo* – um de seus principais textos, escrito em 1927 enquanto

estava no cárcere – Gramsci apresenta sua tese de que o trabalho industrial moderno é o princípio pedagógico-educativo da escola moderna por excelência. (GRAMSCI, 1988)

O termo *americanismo* corresponde, de maneira geral, a uma forma moderna de produção, o *fordismo*, o qual equivale a um grande esforço coletivo para a criação de um novo tipo de trabalhador e de um novo tipo de homem. Trata-se de uma ideologia desenvolvida com maior facilidade nos Estados Unidos, mas que tenderia a se expandir para todo o mundo.

Um dos pontos-chave que Gramsci desenvolve nesse escrito refere-se à exigência de racionalização das práticas para que fossem adequadas à organização racional do trabalho.

Com o industrialismo, emerge uma nova forma de conduta social, refletida dentro e fora do ambiente de trabalho. No texto supracitado, Gramsci afirma que algumas medidas foram tomadas a fim de impulsionarem a alteração dos padrões sociais, como, por exemplo, o emprego de psicólogos em empresas, o proibicionismo - entendido enquanto proibição de determinadas práticas como o consumo de bebidas alcoólicas -, o incentivo à monogamia, entre outras.

Em sua análise, entretanto, o industrialismo é visto de forma positiva, como uma necessidade, já que representa uma contínua vitória do homem sobre a natureza externa e sobre os instintos. Esse fato explica-se porque, em sua perspectiva, o trabalho não levaria necessariamente ao embrutecimento do trabalhador, mas à liberdade, uma vez que para o autor existe a possibilidade de o homem trabalhar mecanicamente e pensar de forma não mecânica, como se evidencia na seguinte passagem:

Da mesma forma que se caminha sem necessidade de refletir sobre todos os movimentos necessários para mover sincronizadamente todas as partes do corpo, assim ocorreu e continuará a ocorrer na indústria em relação aos gestos fundamentais do trabalho; caminha-se

automaticamente e, ao mesmo tempo, pode-se pensar em tudo aquilo que se deseja. (GRAMSCI, 1988, p. 404).

É importante ressaltar que, para o autor, seria desejável que o industrialismo se generalizasse, e, constatando a dificuldade de se proliferar pela Europa, procura evidenciar os motivos de tal impedimento. Nesse sentido, Gramsci analisa a reação da Europa ao americanismo a partir da *composição demográfica europeia*, contrapondo-a à “composição demográfica racional” existente nos Estados Unidos (GRAMSCI, 1988, p. 337).

Diferente do que ocorria na América, o autor constata a existência de “classes parasitárias” na Europa: classes numerosas sem função no mundo produtivo, engendradas pelas tradições históricas, constituindo, portanto, grupos refratários ao desenvolvimento do capitalismo europeu. Em contraponto, na América, havia condições favoráveis ao industrialismo, e, com o novo tipo de trabalho, afirma que “a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e de produção” (GRAMSCI, 1988, p. 382).

Destarte, os novos métodos de trabalho passam a ser atrelados a um novo modo de viver, pensar e sentir a vida. Questões referentes à sexualidade, família, consumismo, formas de coerção moral e ação do Estado são vinculadas ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador, adequado ao novo tipo de trabalho e ao processo produtivo.

O trabalho industrial moderno, em função das relações de produção e forças produtivas que sustenta, exige um novo tipo humano, o que justifica a necessidade de um princípio pedagógico pautado no trabalho industrial. Em outras palavras, o trabalho é compreendido enquanto fundamento da educação.

A medida da relação pedagógica em Gramsci, pautada no industrialismo, exige rigorosos conhecimentos técnicos e científicos e comportamentos específicos, tanto no trabalho

como em outras dimensões da vida. Manacorda (1992, p. 334) destaca que essa relação pedagógica é preconizada não de forma permissiva, como em Rousseau, mas exigente e severa, para poder educar no sentido de transformar cada homem, inicialmente ligado aos instintos naturais e às crenças primitivas, em um contemporâneo de sua época.

A Escola Unitária na perspectiva gramsciana

A escola, sob essa óptica, inspira-se no trabalho industrial moderno como seu princípio pedagógico, concretizando-se enquanto escola historicamente moderna. Esse modelo de trabalho consiste na fonte de inspiração para incutir um espírito de laboriosidade, configurando-se como um método disciplinar produtivo de organização de muitos visando a um só fim. O sentido último desse princípio educativo, como mostra Nosella (1992, p. 33), consiste na liberdade concreta e universal.

Com o crescimento da sociedade industrial, uma nova cultura tecnológica passa a se contrapor à antiga cultura humanística, desencadeando crises na escola e em seu princípio educativo (MANACORDA, 1977, p. 309).

Gramsci é crítico do modelo educacional vigente em seu contexto. Em sua óptica, o princípio de divisão da sociedade em grupos intelectuais e grupos subalternos adquire expressão na *dualidade das escolas*: ensino clássico ou humanístico, destinado às classes dominantes e intelectuais, e ensino profissional para as “classes instrumentais”, voltadas para as profissões manuais.

A crise escolar configura-se pela perda de espaço da escola tradicional para a escola especializada, relacionando-se, essa última, a um processo caótico de especialização, ocasionado pela instituição de cursos que tendiam a determinar *a priori* o futuro dos alunos.

A partir da análise da crise escolar, presente em seu *Caderno 12*: apontamentos e

notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais, Gramsci depreende uma nova organização e um novo princípio educativo: a capacidade de se trabalhar ao mesmo tempo intelectual e manualmente em uma organização educativa unitária ligada diretamente às instituições produtivas e culturais da sociedade. Em suas palavras:

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. (GRAMSCI, 2000, p.33).

A proposta de Escola Única ou Unitária supõe um ensino composto por uma primeira fase, destinada à formação de uma cultura geral que harmonize trabalho manual e intelectual. Em um segundo momento, há uma ênfase na participação do aluno, incentivo em sua criatividade, autodisciplina e autonomia, para que, na etapa seguinte, o aluno possa voltar-se aos estudos especializados científicos ou prático-produtivos.

Ao vislumbrar uma Escola Única, Gramsci se contrapõe à dicotomia entre saber e trabalho – *homo sapiens* e *homo faber* –, pois, para ele, não existe atividade humana da qual se possa excluir toda a intervenção intelectual:

[...] o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (sem falar do fato de que não existe trabalho puramente físico, e de que mesmo a expressão de Taylor, do “gorila amestrado”, é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de

qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora). (GRAMSCI, 2000, p. 18).

Em uma análise dessa proposta, Antônio Tavares Jesus (1989, p. 23) afirma que a teoria gramsciana da educação é construída dentro de um projeto político centrado no homem. Como as escolas burguesas discriminam e contribuem para manter as relações de poder, não poderiam ser a fonte de desenvolvimento da hegemonia do proletariado. A estratégia educacional apresentada por Gramsci orienta-se para a formação de uma “contra-hegemonia”, destinada a formar os intelectuais orgânicos ao proletariado.

A Escola Única é proposta como ideal de uma nova cultura, e deve ser entendida dentro de um projeto mais amplo, como mostra também a passagem abaixo:

O advento da escola única significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, irá se refletir em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. (GRAMSCI, 2000, p. 40).

A proposta de Escola Única foi concretizada com a escola “Ordine Nuevo”², criada por Gramsci e seu grupo em dezembro de 1920. Sua principal meta era “formar intelectuais orgânicos do futuro do novo Estado Socialista” (NOSELLA, 1992, p.32). Essa experiência, no entanto, teve curta duração devido à repressão fascista.

Nosella destaca que há uma relação vital entre Escola Única e Sociedade Unitária, o que corrobora para mostrar o caráter político de sua proposta, uma vez que, como pano de fundo, há uma preocupação central com a efetivação da realidade comunista.

Gramsci, assim como Marx, entende o futuro da classe operária como dependente da

² Esta escola foi estudada minuciosamente por Nosella em *A Escola de Gramsci* (1992).

formação da geração operária, na aceção de ampliar sua educação intelectual, corporal e tecnológica (GADOTTI, 1995, p. 131).

Como seguidor da doutrina socialista amparada principalmente em Marx, há em Gramsci uma preocupação ética e antropológica direcionada à liberdade, à ruptura com a alienação. Sob essa óptica, a educação, instrumento de hegemonia, deveria ser confiada à classe trabalhadora, a qual, assim, adquiriria consciência de classe, repercutindo na passagem do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade”.

Pode-se depreender que Gramsci atribui um importante papel à educação no processo de transformação social, propondo um princípio pedagógico que conduzisse as massas ao nível do saber, contrapondo-se à concepção de transformação por meios coercitivos, vigente em sua época.

A contemporaneidade do pensamento pedagógico de Gramsci: uma breve análise da dualidade do ensino

As considerações desenvolvidas por Gramsci acerca das relações entre trabalho e educação ultrapassam o universo em que o autor se insere, sugerindo elementos para refletir, por exemplo, sobre uma característica marcante de nosso sistema educacional: a dualidade observada na modalidade de nível médio entre o ensino propedêutico e a educação profissional.

Foram correntes as mudanças de orientações do ensino médio ao longo de nossa história, orientadas tanto por mudanças em nossa estrutura social³ quanto pelas diferentes concepções de políticas educacionais, tais como as medidas de incentivo do ensino técnico às classes menos privilegiadas, adotadas em diversas conjunturas.

Através das reflexões de autores que problematizaram o ensino de nível médio ao

longo dos anos tais como Luiz Antônio Cunha, Lucília Machado, Clarice Nunes, Bárbara Freitag, Otaiza Romanelli, entre outros, pode-se depreender que a formação profissional no Brasil foi historicamente rotulada como um nível menor de formação, reservada às classes menos favorecidas.

Esse fato está associado ao significado da educação geral, assimilada como um canal de ascensão às ocupações não manuais. A preferência histórica pelo ensino acadêmico é percebida em nossa realidade como um dado cultural.

Hoje, verifica-se uma tendência de expansão do ensino profissionalizante, percebida através de programas de valorização dessa modalidade, tendo, como público alvo, alunos que não conseguem atingir o ensino superior. A articulação entre a educação de nível médio propedêutico e profissional, instituída pelo Decreto 5154/2004, sugere certa unitariedade do ensino, porém, a estrutura continua a ser dual. Esse modelo não tem sido direcionado a ampliar a formação do educandos elevando-os à consciência crítica e à capacidade produtiva, como propõe Gramsci.

Marise Nogueira Ramos (2004), em análise do projeto unitário do ensino médio, afirma que a “razão de ser do ensino médio” esteve predominantemente centrada no mercado de trabalho ao longo dos anos. Para a autora, a conclusão do ensino médio ou da educação superior determinava a posição a ser ocupada na divisão social e técnica do trabalho. Entretanto, a partir de um novo padrão de sociabilidade capitalista e com a crise dos empregos,

[...] caracterizado pela desregulamentação da economia e pela flexibilização das relações e direitos sociais, a possibilidade de desenvolvimento de projetos pessoais integrados a um projeto de nação e de sociedade tornou-se significativamente frágil (RAMOS, 2004, p. 38).

³ Como ocorre a partir de 1930, com a diversificação das classes sociais e decorrente expansão de demanda educacional por parte das camadas médias (FREITAG, 1980).

É nesse contexto que o ideário “preparação para a vida” torna-se o predominante na década de 1990, significando o desenvolvimento de competências para a adaptação às incertezas do mundo contemporâneo.

Destarte, somente é possível falar em unificação em termos do discurso das competências, idéia que passa a reger ambas as modalidades de ensino. Com essa lógica defendida por um discurso com aparência de inovador e libertário, o indivíduo deve ser preparado para a vida, para o trabalho competitivo, estando implícita a lógica de adaptação – até mesmo ao desemprego.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004.**

FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 4.ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e Fordismo. In: *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 6.ed. Tradução: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p. 375-413.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12: Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: *Cadernos do cárcere*. Tradução: Carlos Nelson

Coutinho. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 15-53.

JESUS, Antônio Tavares. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1989.

MANACORDA, Mario Alighiero. Cap. X: O nosso século em direção ao ano dois mil. In: *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. 3.ed. Tradução: Gaetano de Mônaco. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

MANACORDA, Mario Alighiero. *El principio educativo en Gramsci*. Salamanca: Sigueme, 1977.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). *Ensino Médio: Ciência, Cultura e Trabalho*. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004, p. 37-52.

ROSSI, Wagner Gonçalves. Gramsci. In: *Pedagogia do trabalho: caminhos da educação socialista*. v. 2. São Paulo: Moraes, 1981, p. 72-84.

Recebido em 16/7/2007 e aceito para publicação em 29/8/2007.